

## Considerações sobre a responsabilização do setor público quanto ao crédito agrícola e o acesso à informação

Considerations on public sector accountability for agricultural credit and access to information

Consideraciones sobre la rendición de cuentas del sector público en materia de crédito agrícola y acceso a la información

Recebido: 18/03/2026 | Revisado: 25/03/2026 | Aceitado: 26/03/2026 | Publicado: 27/03/2026

**Lucas Gouveia da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8450-1018>  
Universidade Federal de Goiás, Brasil  
E-mail: [lucasgove@hotmail.com](mailto:lucasgove@hotmail.com)

**Jéssica Traguetto Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3986-8539>  
Universidade Federal de Goiás, Brasil  
E-mail: [jessicatraguetto@ufg.br](mailto:jessicatraguetto@ufg.br)

**Graciella Corcioli**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3375-0700>  
Universidade Federal de Goiás, Brasil  
E-mail: [graciellacorcioli@ufg.br](mailto:graciellacorcioli@ufg.br)

### Resumo

Este estudo objetiva explorar a responsabilização do setor público no crédito agrícola, com ênfase na transparência, no acesso à informação e na governança das políticas de crédito rural brasileiro. Fundamentado nas contribuições de Ceneviva e Farah (2012), Jannuzzi (2017) e outros autores, o texto discute como a transparência pública, associada ao uso de indicadores sociais e à inclusão digital, pode contribuir para a formulação de políticas mais justas, eficientes e socialmente equitativas. Parte-se do entendimento de que o crédito agrícola, especialmente quando direcionado à agricultura familiar, não deve ser analisado apenas como instrumento financeiro, mas também como mecanismo de promoção do desenvolvimento rural e de redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais. Nesse sentido, o estudo destaca que o fortalecimento da governança pública depende da ampliação do acesso à informação, da integração de sistemas de dados e da utilização de ferramentas tecnológicas, como big data, para subsidiar a gestão e o monitoramento das políticas públicas. Trata-se de um ensaio teórico que analisa a responsabilidade do setor público no financiamento agrícola e a importância da transparência como elemento central para a construção de políticas inclusivas. Ao abordar a relação entre dados, inclusão digital e indicadores sociais, o trabalho evidencia que a disponibilização qualificada de informações pode ampliar o controle social, fortalecer a *accountability* estatal e favorecer uma distribuição mais equitativa dos recursos do crédito rural. Conclui-se que a responsabilização do setor público, associada à transparência informacional, constitui elemento estratégico para a consolidação de políticas de crédito agrícola mais democráticas, eficazes e voltadas à justiça social no meio rural.

**Palavras-chave:** Crédito Agrícola; Transparência; Responsabilização Pública; Indicadores Sociais; Inclusão Digital.

### Abstract

This study aims to explore public sector accountability in agricultural credit, with emphasis on transparency, access to information, and governance in Brazilian rural credit policies. Based on the contributions of Ceneviva and Farah (2012), Jannuzzi (2017), and other authors, the text discusses how public transparency, associated with the use of social indicators and digital inclusion, can contribute to the formulation of fairer, more efficient, and socially equitable policies. It is understood that agricultural credit, especially when directed to family farming, should not be analyzed only as a financial instrument, but also as a mechanism for promoting rural development and reducing socioeconomic and territorial inequalities. In this sense, the study highlights that strengthening public governance depends on expanding access to information, integrating data systems, and using technological tools such as big data to support the management and monitoring of public policies. This is a theoretical essay that analyzes the responsibility of the public sector in agricultural financing and the importance of transparency as a central element in the construction of inclusive policies. By addressing the relationship between data, digital inclusion, and social indicators, the paper shows that the qualified availability of information can expand social control, strengthen state accountability, and promote a more equitable distribution of rural credit resources. It is concluded that public sector accountability,

associated with informational transparency, constitutes a strategic element for consolidating more democratic, effective, and socially just agricultural credit policies in rural areas.

**Keywords:** Agricultural Credit; Transparency; Public Accountability; Social Indicators; Digital Inclusion.

### Resumen

Este estudio tiene como objetivo explorar la rendición de cuentas del sector público en el crédito agrícola, con énfasis en la transparencia, el acceso a la información y la gobernanza de las políticas de crédito rural brasileño. Fundamentado en las contribuciones de Ceneviva y Farah (2012), Jannuzzi (2017) y otros autores, el texto discute cómo la transparencia pública, asociada al uso de indicadores sociales y a la inclusión digital, puede contribuir a la formulación de políticas más justas, eficientes y socialmente equitativas. Se parte del entendimiento de que el crédito agrícola, especialmente cuando se dirige a la agricultura familiar, no debe analizarse únicamente como un instrumento financiero, sino también como un mecanismo de promoción del desarrollo rural y de reducción de las desigualdades socioeconómicas y territoriales. En este sentido, el estudio destaca que el fortalecimiento de la gobernanza pública depende de la ampliación del acceso a la información, de la integración de sistemas de datos y del uso de herramientas tecnológicas, como el big data, para apoyar la gestión y el monitoreo de las políticas públicas. Se trata de un ensayo teórico que analiza la responsabilidad del sector público en el financiamiento agrícola y la importancia de la transparencia como elemento central en la construcción de políticas inclusivas. Al abordar la relación entre datos, inclusión digital e indicadores sociales, el trabajo evidencia que la disponibilidad calificada de información puede ampliar el control social, fortalecer la accountability estatal y favorecer una distribución más equitativa de los recursos del crédito rural. Se concluye que la rendición de cuentas del sector público, asociada a la transparencia informativa, constituye un elemento estratégico para consolidar políticas de crédito agrícola más democráticas, eficaces y orientadas a la justicia social en el medio rural.

**Palabras clave:** Crédito Agrícola; Transparencia; Rendición de Cuentas Pública; Indicadores Sociales; Inclusión Digital.

## 1. Introdução

A agricultura é um dos pilares fundamentais da economia brasileira, sendo responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações do país. Nesse cenário, o crédito agrícola surge como um instrumento essencial para a sustentação e desenvolvimento do setor, permitindo a aquisição de insumos, modernização de métodos produtivos e ampliação das atividades rurais.

O setor agrícola tem assumido um papel estratégico na atual fase da economia brasileira, em função de sua capacidade de contribuir para uma adequada oferta interna de alimentos e matérias-primas agrícolas e para o aumento das exportações. Entretanto, a produção agrícola tem-se caracterizado, crescentemente, pela adoção de tecnologia intensiva em capital e em mão-de-obra qualificada, assim como de crescente escala de produção na maioria dos produtos.

A agricultura, assim como diversas outras atividades econômicas, é altamente dependente de financiamento para operar de maneira eficaz. Esse suporte financeiro é essencial tanto para investimentos em capital de trabalho quanto, principalmente, para viabilizar a produção agrícola em si. Atualmente, a agricultura exige o uso de máquinas, equipamentos e insumos que possuem custos cada vez mais elevados. Devido à sazonalidade característica dessa atividade, grande parte dos gastos dos produtores rurais se concentra nas etapas iniciais do ciclo produtivo, o que intensifica a necessidade de recursos financeiros disponíveis para garantir a continuidade das operações.

No contexto brasileiro, o crédito rural fornecido pelo Banco Central tem apresentado crescimento constante desde meados da década de 1990, alcançando aproximadamente 18,2 trilhões de cedidos em 2024. Programas como o FINAME, que visa financiar a aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas, exemplificam a importância do financiamento, seja ele público ou privado, para a sustentação da atividade agrícola. Nesse cenário, a existência de agentes financeiros com a capacidade de suprir as demandas do setor é crucial. Diversos atores participam ativamente desse processo, ressaltando a relevância de uma rede de apoio eficiente para o desenvolvimento agrícola.

A modernização tecnológica e a sustentabilidade ambiental tornaram-se aspectos centrais do setor agrícola brasileiro. Nesse contexto, as políticas de crédito precisam ir além do financiamento tradicional, incorporando critérios de equidade e

práticas que considerem o impacto socioeconômico e ambiental.

Entretanto, a distribuição equitativa desse crédito e o acesso à informação relacionada enfrentam desafios significativos que envolvem a transparência e a responsabilização do setor público. Este estudo objetiva explorar a responsabilização do setor público no crédito agrícola, destacando a relevância de políticas transparentes e o acesso à informação para reduzir desigualdades socioeconômicas no setor rural, com base em referências teóricas de Ceneviva e Farah (2012) e Jannuzzi (2017), as questões relacionadas à responsabilização do setor público no contexto do crédito agrícola, destacando a importância da informação como fator estruturante para a formulação e execução de políticas. Além disso, outras abordagens teóricas de governança pública e transparência serão incorporadas para enriquecer a discussão.

## 2. Metodologia

Realizou-se um estudo teórico do tipo ensaio reflexivo (Furtado, 2022; Meneghetti, 2011), baseado em revisão de literatura de abordagem qualitativa e, de modo não sistemático, do tipo revisão narrativa da literatura (Pereira et al., 2018; Risemberg et al., 2026). Para buscas de informações fez-se uso da base de dados do Google Acadêmico que é base de consulta livre e gratuita e, como os termos de busca: Crédito Agrícola, Transparência, Responsabilização Pública, Indicadores Sociais, Inclusão Digital.

## 3. Contextualização da Política de Crédito Agrícola no Brasil

O crédito agrícola no Brasil tem sido um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do setor agropecuário, especialmente em um cenário marcado por transformações estruturais ao longo das últimas décadas. Desde a criação de políticas públicas para fomento da agricultura até a modernização tecnológica do setor, o crédito agrícola desempenhou um papel estratégico no incentivo à produção, na geração de divisas e na garantia de segurança alimentar.

Historicamente, o financiamento agrícola surgiu com o objetivo de mitigar os impactos das incertezas climáticas e de mercado sobre os produtores rurais. A partir da década de 1930, com a centralização do poder pelo governo federal, começaram a ser instituídos mecanismos para suporte ao setor, como a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Esse movimento deu origem a políticas de crédito específicas, voltadas principalmente para estabilizar preços e garantir recursos aos agricultores em períodos de crise econômica ou de superprodução.

A política de crédito rural no Brasil foi o principal instrumento de fomento à modernização conservadora ocorrida a partir de meados dos anos 1960. Algumas Leis encaminhadas pelo Poder Executivo durante o Regime Militar (1964 a 1985) deram suporte a este processo de modernização da agricultura familiar brasileira (Bianchini, 2015).

Entre elas podemos destacar a Lei do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, que regula os direitos e as obrigações dos proprietários de imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e para a promoção da Política Agrícola. Na Política Agrícola, o Estatuto da Terra deu base para um conjunto de outras Leis. Uma Lei especial instituiu um Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei n.º 4.829 de 5/11/1965) para financiar não só a modernização da agricultura familiar, mas também a consolidação de complexos agroindustriais (CAIs) e um forte sistema cooperativo (Vieira, 2019).

Nas décadas seguintes, o crédito agrícola ganhou força com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e trouxe instrumentos como o crédito subsidiado para modernização e aumento da produtividade. A atuação do Estado foi decisiva para a consolidação de complexos agroindustriais e para a expansão da fronteira agrícola, especialmente em regiões como o Cerrado. No entanto, essas políticas também geraram distorções, incluindo o endividamento excessivo de produtores e a concentração dos benefícios em grandes propriedades.

A partir da década de 1990, com a abertura da economia brasileira, o crédito agrícola passou por ajustes significativos. Houve uma redução do intervencionismo estatal, substituindo subsídios diretos por mecanismos mais eficientes e menos onerosos. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ganharam destaque, refletindo um movimento em direção ao apoio à pequena agricultura e à inclusão socioeconômica de agricultores familiares.

Apesar de a política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, o crédito rural foi seletivo priorizando a Macrorregião Centro Sul, commodities e um seleto grupo de agricultores. A exclusão se dava na prática por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as commodities ligadas ao complexo agroindustrial e ao setor agroexportador, as transações de maior volume e de menor custo administrativo, com uma centralidade na moderna agricultura familiar do Centro Sul. O crédito também privilegiou culturas de mercado interno como o trigo, a avicultura e o leite.

Com isso, nesse período, aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários não tiveram acesso ao crédito subsidiado. Em contrapartida 1% dos tomadores de crédito, em torno de 15 mil grandes produtores, receberam nesse período 40% do total de recursos (Bittencourt, 2003). Desses contratos, 80% eram destinados aos pequenos agricultores que respondiam por apenas 20% dos recursos destinados ao crédito.

Atualmente, o crédito agrícola continua sendo um fator essencial para a sustentabilidade e competitividade do setor agropecuário brasileiro, integrando-se a políticas de inovação tecnológica e a práticas sustentáveis. No entanto, ainda enfrenta desafios relacionados à desigualdade no acesso, à gestão de recursos públicos e à adaptação a novas demandas do mercado global.

Portanto, o crédito agrícola no Brasil foi essencialmente oferecido por meio de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de financiamentos disponibilizados por bancos públicos e privados. Essas iniciativas visam promover a inclusão produtiva e reduzir as desigualdades regionais, sobretudo em contextos de pequenos produtores e agricultura familiar. Contudo, a distribuição desses recursos é frequentemente marcada por desigualdades socioespaciais, com concentração em grandes produtores e regiões mais desenvolvidas, revelando falhas estruturais no modelo de implementação.

Para Jannuzzi (2017), os indicadores sociais são fundamentais para orientar a formulação de políticas públicas eficazes. No caso do crédito agrícola, esses indicadores podem identificar lacunas no acesso aos recursos e direcionar as ações do governo para garantir maior equidade e eficiência. Por exemplo, regiões com maior vulnerabilidade social, como comunidades ribeirinhas ou sertanejas, podem receber prioridades diferenciadas com base em dados analíticos. É nesse ponto que o acesso à informação e à transparência nos processos administrativos desempenha um papel central.

Adicionalmente, o contexto histórico brasileiro mostra que programas de crédito agrícola frequentemente enfrentam desafios relacionados à burocracia e à opacidade nas operações. Estudos como os de Rezende e Cunha (2014) apontam que, apesar do aumento no volume de crédito disponibilizado, a distribuição segue privilegiando produtores de maior porte. Isso reforça a necessidade de mecanismos efetivos de responsabilização pública.

Embora o crédito agrícola tenha sido historicamente uma ferramenta essencial para o desenvolvimento rural, as desigualdades na sua distribuição evidenciam limitações no alcance das políticas públicas. A concentração dos recursos em grandes produtores acentua a exclusão de pequenos agricultores e regiões menos desenvolvidas, revelando a necessidade de reformas que promovam maior justiça social no setor.

#### **4. A Importância da Responsabilização no Setor Público frente a Agricultura**

No Brasil, na sua maioria, agricultores que se enquadram nessa definição, exploram minifúndios, apresentam baixa

produção e produtividade, baixo poder aquisitivo, pouco acesso às tecnologias e vivem em condições de vulnerabilidade de renda e segurança alimentar. Para Grisa e Schneider (2014), existem três contextos que nortearam essas políticas: o primeiro foi delimitado como nacional-desenvolvimentista, nesse encontramos o I PND (1972-1974) e II PND (1975–1979), ambos objetivavam a integração nacional e, entre as políticas setoriais, previa a modernização tecnológica da agricultura.

O segundo contexto objetivava o combate à pobreza rural através de políticas sociais e assistenciais e teve início nos anos 1990 e, por fim, o terceiro tem em 2002 e buscou a institucionalização de mercados visando a segurança alimentar, inclusão produtiva e geração de renda para agricultores familiares, aqui ganham destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 1996), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2009) (Grisa & Schneider, 2014).

Diante dessa realidade social e econômica no meio rural, ao longo das décadas, várias políticas foram implantadas no país para reverter a situação do meio rural. Assim, dentre os fatores que merecem mais atenção por parte das políticas públicas no Brasil estão as que consigam aumentar o número de empregos e renda, reduzindo a pobreza e a desigualdade social e a segurança alimentar no campo, tanto que desde 1990 o Governo Federal lançou diversos programas com o intuito de superar dificuldades no setor agrícola (Campos & Peraci, 2010).

Portanto, eleger a agricultura como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Ainda mais quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras esferas sociais, além da estritamente econômica, como: a educação, a saúde e a proteção ambiental (Carneiro, 1997).

Desta forma, a responsabilização no setor público (“*accountability*”) é um princípio essencial para a boa governança, garantindo que gestores e agentes públicos prestem contas de suas ações e decisões à sociedade. Ceneviva e Farah (2012) destacam que a avaliação e a disponibilização de informações claras e acessíveis são instrumentos fundamentais para promover a responsabilização. No contexto do crédito agrícola, isso significa assegurar que as regras para concessão de crédito sejam transparentes e que os critérios de distribuição sejam divulgados de forma a possibilitar o controle social.

Porém, na prática, a responsabilização enfrenta desafios como a opacidade dos processos de tomada de decisão, a fragmentação das informações e a ausência de mecanismos efetivos de participação social. A falta de dados sistematizados e atualizados sobre o uso dos recursos agrícolas compromete a capacidade dos cidadãos de monitorar e cobrar resultados, enfraquecendo os mecanismos de controle. Nesse ponto, autores como Bovens, Goodin e Schillemans (2014) destacam que a *accountability* é mais efetiva quando se alia à inclusão de ferramentas tecnológicas que garantam maior interatividade.

A importância da responsabilização do setor público em políticas de crédito no Brasil se destaca como elemento estruturante para o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira. Ao longo da história econômica do país, os bancos públicos têm desempenhado um papel crucial, não apenas como agentes financeiros, mas como instrumentos de política econômica que garantem a oferta de crédito em momentos de maior retração do mercado privado. Instituições como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram projetadas para atender demandas estratégicas, como o financiamento agrícola, habitacional e de longo prazo, promovendo o desenvolvimento de setores essenciais da economia.

Um dos aspectos mais relevantes da atuação dos bancos públicos é sua capacidade de operar de maneira contracíclica. Em períodos de crise econômica, marcados por aumento da aversão ao risco e retração do crédito privado, essas instituições ampliam suas operações, mitigando os efeitos adversos da desaceleração econômica. Ao injetar liquidez no mercado e oferecer condições de financiamento mais acessíveis, os bancos públicos promovem a manutenção das atividades produtivas, protegendo empregos e estimulando a recuperação econômica. Essa função anticíclica revela-se ainda mais crucial em países

emergentes, como o Brasil, onde as crises econômicas frequentemente agravam problemas estruturais de desigualdade e exclusão financeira.

Adicionalmente, a atuação dos bancos públicos exerce um impacto significativo na competitividade do setor financeiro. A concorrência gerada por essas instituições força os bancos privados a ajustarem suas estratégias, muitas vezes reduzindo taxas de juros e ampliando o acesso ao crédito. Esse efeito regulador contribui para a democratização das oportunidades de financiamento, beneficiando tanto grandes conglomerados econômicos quanto pequenos produtores e empreendedores. No entanto, para que essa interação seja eficiente, é essencial que políticas públicas sejam desenhadas de forma a evitar desequilíbrios no mercado, garantindo que a participação estatal atue como catalisadora do desenvolvimento e não como fator de distorção.

Entretanto, a centralidade dos bancos públicos nas políticas de crédito também impõe desafios à gestão pública. A necessidade de equilíbrio entre o fomento ao crédito e a sustentabilidade fiscal exige governança rigorosa e transparência na alocação de recursos. Além disso, é imprescindível que a atuação estatal esteja alinhada com metas de longo prazo, promovendo não apenas a estabilidade macroeconômica, mas também a redução das desigualdades sociais e regionais.

Portanto, a responsabilidade do setor público em políticas de crédito no Brasil transcende a simples função de financiamento. Trata-se de um mecanismo estratégico de intervenção econômica, que assegura não apenas a sobrevivência de setores vitais em tempos de crise, mas também a construção de uma economia mais inclusiva e resiliente. A eficácia dessa atuação, contudo, depende de uma gestão pública que harmonize eficiência operacional com compromisso social, garantindo que o crédito seja um instrumento de transformação econômica e social, e de monitoramento por parte da sociedade civil.

A ausência de transparência e mecanismos efetivos de controle social compromete a legitimidade das políticas públicas, agravando desigualdades no acesso ao crédito. Para superar esses desafios, é essencial fortalecer a governança pública, ampliando a participação cidadã e integrando tecnologias que garantam maior rastreabilidade e acessibilidade das informações.

## **5. O Papel da Informação e dos Indicadores Sociais na Promoção da Equidade**

A agricultura brasileira passou por um grande processo de transformação entre as décadas de 1960 a 1980. O que possibilitou esta evolução do setor agrícola foi o aumento do crédito rural, que facilitou a modernização do setor.

No início da década de 1970 a agropecuária teve um grande marco em sua história. Foram criados laboratórios de pesquisa e extensão rural, de âmbito estadual e federal, com o objetivo de aumentar a produtividade no setor, um destes e mais importantes, criado em 1973, é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (Conceição & Conceição, 2014).

A modernização gerou alguns impactos sociais para a agricultura familiar, e em razão da desigualdade social, os pequenos agricultores foram prejudicados, pois o acesso ao crédito era facilitado apenas para os grandes produtores (Silva & Botelho, 2014). Aqui vale lembrar que agricultura familiar representa um setor numericamente majoritário do agronegócio brasileiro.

E, de acordo com Graziano da Silva (1981), a modernização da agricultura no Brasil foi acompanhada no âmbito das grandes unidades de produção, em virtude da desigualdade da distribuição da renda no meio rural e na agricultura brasileira, ratificado por um favorecimento dos latifundiários. Veiga (1996) também fala que a agricultura familiar com toda sua pluralidade vai contra a essa modernização fragmentada.

No contexto histórico que a agricultura familiar se encontrou no desenvolvimento do seu processo produtivo, este buscava constituir formas de produção com foco na pluralidade do solo, com base familiar e com a inserção de jovens e de mulheres na produção de alimentos agroecológicos designados à segurança alimentar e na ascensão da democracia com a

acessibilidade aos meios de produção e a terra.

Isso se constitui como forma de alcançar o desenvolvimento rural sustentável, pautado em relações dignas de trabalho e com preservação dos recursos naturais, diferentemente do modelo de desenvolvimento rural proposto, baseado na monocultura, em culturas transgênicas com a utilização de agrotóxicos e a condições de trabalho precárias, como mostra a Figura 1.

**Figura 1** - Modelo de Desenvolvimento Rural Tradicional.



Fonte: Autoria própria (2021, adaptado de Brasil (2016a).

Lênin (1985) expõe que, os incrementos técnicos da agricultura são mecanismos de ascensão que induzem ao assalariamento dos pequenos produtores, que para ambos não conseguiriam concorrer com a agricultura capitalista, a dizer:

[...] não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) – ou seja, pressupõe o seu “empobrecimento” a sua “ruína”. (Lênin, 1985, p. 15-16).

Assim, Jannuzzi (2017) argumenta que os indicadores sociais não apenas medem resultados, mas também servem como ferramentas de planejamento e avaliação de políticas. No crédito agrícola, indicadores como volume de recursos concedidos, perfil socioeconômico dos beneficiários, e impacto no desenvolvimento regional são cruciais para identificar as áreas de maior necessidade e corrigir desigualdades no acesso aos programas.

A informação, nesse sentido, é estruturante. Ela permite não apenas a formulação de políticas baseadas em evidências, mas também fortalece a participação cidadã e a transparência. Sem informações claras e acessíveis, o controle social e a responsabilização ficam comprometidos, resultando em alocação ineficiente de recursos e perpetuação de desigualdades.

A transparência também desempenha um papel central. Sem informações claras e acessíveis, o controle social e a responsabilização ficam comprometidos, perpetuando desigualdades e ineficiências na distribuição dos recursos. A digitalização de sistemas administrativos, como sugerido por Dunleavy et al. (2006), é uma ferramenta promissora para aumentar a rastreabilidade dos fluxos de crédito e identificar padrões que possam indicar problemas, como corrupção ou

favoritismo. Por exemplo, a análise de indicadores sociais pode revelar disparidades regionais, permitindo a alocação prioritária de recursos para comunidades mais vulneráveis. Programas de crédito baseados em dados também podem aumentar a eficiência, direcionando investimentos para áreas de maior impacto econômico e social.

## 6. Acesso à Informação e Inclusão Social

Garantir o acesso à informação sobre crédito agrícola é uma estratégia fundamental para promover a inclusão social no setor rural. Agricultores familiares frequentemente enfrentam barreiras para acessar os recursos disponíveis, seja por desconhecimento das políticas existentes, seja pela burocracia envolvida nos processos de concessão. A falta de informações claras também pode levar à concentração de recursos em grandes produtores, agravando as desigualdades já existentes.

A inclusão social também depende de esforços deliberados do setor público para reduzir assimetrias de poder e garantir que comunidades vulneráveis sejam ouvidas no processo de formulação de políticas. Sistemas participativos, como audiências públicas e consultas comunitárias, podem fortalecer essa relação. Além disso, o uso de plataformas digitais para divulgação de informações é uma ferramenta promissora para democratizar o acesso, permitindo que pequenos agricultores acompanhem o andamento de suas solicitações e tenham maior clareza sobre os critérios e resultados dos programas.

Fabio R. Chaddad e Sérgio G. Lazzarini (2003), abordam de maneira abrangente as complexas dinâmicas do crédito agrícola, enfatizando os desafios e as oportunidades presentes nesse segmento financeiro. Os autores exploram, sob uma perspectiva sistêmica, como as "fricções" em transações financeiras – tais como assimetrias de informação, custos de transação e riscos específicos da atividade agrícola – influenciam a oferta e o custo do crédito para produtores rurais.

Valendo-se de uma análise detalhada do mercado de crédito agrícola dos Estados Unidos, o estudo destaca os mecanismos institucionais e os arranjos contratuais empregados por agentes financeiros privados para mitigar essas barreiras, promovendo maior eficiência no fluxo de recursos financeiros. A pesquisa revela a relevância de uma estrutura financeira que integre múltiplos agentes e incentive soluções inovadoras, com vistas a melhorar a alocação de recursos no setor agrícola.

Ao proporcionar um paralelo entre a experiência norte-americana e o contexto brasileiro, os autores sugerem que a adaptação de modelos e práticas bem-sucedidas pode contribuir significativamente para o aprimoramento das políticas de crédito agrícola no Brasil. Dessa forma, o trabalho oferece valiosas contribuições tanto para a formulação de políticas públicas quanto para o fortalecimento de arranjos institucionais voltados ao financiamento rural, com potencial para impactar positivamente a competitividade e a sustentabilidade do setor.

Machado (2025) cita sobre a teoria da agência, desenvolvida por Eisenhardt em 1989, oferece uma base importante para compreender as relações estabelecidas entre diferentes atores no setor público, especialmente quando uma instância superior delega a agentes a execução de políticas e serviços. Em sua tese, a autora mostra que no contexto do acesso à informação e da inclusão social, essa abordagem torna-se particularmente relevante, pois evidencia que a circulação desigual de informações entre Estado, burocratas e cidadãos pode comprometer a efetividade das políticas públicas. As assimetrias informacionais, somadas às diferenças de interesses, prioridades e interpretações entre os diversos níveis da administração, podem influenciar diretamente a forma como direitos são comunicados, operacionalizados e acessados pela população.

Esse cenário é ainda mais sensível quando se observam grupos socialmente vulnerabilizados, que frequentemente enfrentam barreiras institucionais, tecnológicas e informacionais para acessar políticas públicas. Nesse sentido, os burocratas de nível de rua exercem papel central, pois atuam na interface entre o Estado e a sociedade, mediando o acesso da população às informações, aos programas e aos benefícios públicos. Sua atuação pode tanto ampliar quanto restringir a inclusão social, a depender da forma como interpretam normas, distribuem informações e conduzem os processos de atendimento.

Diferentemente do setor privado, em que os objetivos organizacionais tendem a ser mais delimitados e orientados pela

eficiência econômica, no setor público as ações institucionais devem estar vinculadas a princípios mais amplos, como equidade, legalidade, transparência e justiça social. Conforme argumenta Wilson (1967), as decisões administrativas, nesse contexto, não podem ser justificadas apenas pela eficiência, mas devem considerar também seu impacto sobre o acesso igualitário aos direitos. Assim, a transparência e o acesso à informação tornam-se elementos essenciais para reduzir desigualdades, fortalecer a accountability pública e promover maior inclusão social.

## 7. Considerações Finais

A responsabilização do setor público no contexto do crédito agrícola é fundamental para garantir que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa e eficaz, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas no meio rural. Conforme apontado por Ceneviva e Farah (2012), a transparência e a disponibilização de informações acessíveis são pilares centrais para promover a responsabilização e o controle social. Ao mesmo tempo, os indicadores sociais, conforme destacado por Jannuzzi (2017), desempenham um papel essencial na orientação das políticas, permitindo ajustes baseados em evidências e resultados.

Para avançar nesse sentido, é necessário investir em mecanismos que garantam maior transparência e acessibilidade das informações, bem como na inclusão digital dos agricultores familiares. Além disso, a formulação de políticas públicas deve considerar as especificidades regionais e os fatores que limitam o acesso ao crédito, buscando promover maior equidade e inclusão social no setor agrícola. Dessa forma, será possível fortalecer a governança pública, ampliando os impactos positivos do crédito agrícola no desenvolvimento rural brasileiro.

Para garantir que o crédito agrícola seja um instrumento de transformação social, é necessário que o setor público priorize a transparência e o acesso à informação. A incorporação de ferramentas tecnológicas e a inclusão de indicadores sociais no processo decisório são passos essenciais para reduzir desigualdades e fortalecer a equidade no campo.

Recomenda-se a criação de plataformas integradas que centralizem dados sobre o crédito agrícola, permitindo maior acessibilidade para agricultores e gestores públicos. Além disso, é crucial investir em capacitação digital para pequenos produtores, promovendo o uso eficaz de tecnologias emergentes no setor rural. Dessa forma, será possível fortalecer a governança e reduzir as desigualdades socioespaciais, ampliando os impactos positivos do crédito no desenvolvimento rural brasileiro.

## Referências

- Almeida, L. F. & Zylbersztajn, D. (2008). Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. *Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*. 3(2), 267-87. <https://www.redalyc.org/pdf/5575/557557869007.pdf>
- Bianchini, V. (2015). *Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA.
- Carneiro, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos sociedade e agricultura*. 5(1). <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>.
- Ceneviva, R. & Farah, M. F. S. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*. 46, 993-1016.
- Chaddad, F. R. & Lazzarini, S. G. (2003). Relações contratuais de crédito agrícola e o papel dos agentes financeiros privados: teoria e evidências dos EUA. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 41, 29-52.
- Conceição, J. C. P. R. & Conceição, P. H. Z. (2014). *Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira*. Repositório do Conhecimento do IPEA.
- Costa, M. C. A., Magalhães, M. M., de Souza, M. P., & de Sá Medeiros, H. (2024). Dimensões relacionadas à justiça social do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): revisão integrativa. *Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 1(1), 110-131.
- Furtado, A. B. (2022). *Como escrever ensaios*. eBook Kindle.
- Graziano da Silva, J. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Editora Zahar.

Grisa, C. & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*. 52, 125-46.

Jannuzzi, P. M. (2017). *Indicadores sociais no Brasil*. (6ed). Editora Alínea.

Lênin, V. I. (1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. (2ed). Editora Nova Cultural.

Machado, I. T. B. (2025). *Influências dos fatores pessoais, institucionais e relacionais dos burocratas de nível de rua na implementação do PRONAF: um estudo sobre o acesso das mulheres rurais ao crédito no Vale do Rio Pardo/RS*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul.

Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Rev. adm. contemp.* 15 (2). <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>

Peraci, A. S. & Campos, A. (2010). *Desenvolvimento de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar – Brasil*. In: Fome Zero: uma história brasileira. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2010. p. 182-194.

Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free ebook]. Santa Maria: Editora da UFSM.

Risemberg, R. I. C. et al. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. *E-Acadêmica*, 7(1), e0171675. <https://eacademica.org/eacademica/article/view/675>.

Silva, G. B. & Botelho, M. I. V. (2014). O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). *Revista de Geografia Agrária*. 9(17).

Vieira, M. A. N. (2011). *Produção de hortaliças no município de Viamão: convencionais versus orgânicos*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.